

RAR/A

# Comunistas Brasileiros Discutem o XXII Congresso do PCUS

Texto na 4ª página

# Trabalhadores e Estudantes Tomam Posição em Defesa da Petrobrás

Texto na 3ª pág.

Bauru inicia campanha popular de ajuda a NOVOS RUMOS

# NOVOS RUMOS

Leia na 3ª página

EDIÇÃO PARA GUANABARA

ANO III — Rio de Janeiro, semana de 5 a 11 de janeiro de 1962 — N.º 152

# Vitoriosa a Campanha Pelo Registro do PCB: a Quota de 50 Mil Já Foi Ultrapassada

Texto na 3ª página

## A Propósito Das Atividades do Grupo Fracionista

## Em Defesa da Unidade do Movimento Comunista

**EM DEFESA** da unidade do movimento comunista brasileiro, denunciando aos comunistas, aos amigos e simpatizantes, aos trabalhadores em geral, a atividade de um pequeno grupo fracionista encabeçado por João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar, que no passado exerceram funções dirigentes de âmbito nacional no movimento comunista. Do grupo fazem parte também José Duarte, Angelo Arroio, Walter Martins (Pepe), Caíll Chade, Carlos Danielli e Lincoln Oeste. Este reduzido número de elementos lançou-se a um ataque sistemático contra a unidade e a disciplina do movimento comunista, violou as decisões adotadas e entregou-se a uma insidiosa atividade desagregadora, sendo, por isso, expulso de nossas fileiras.

**AS ORIGENS** do grupo remontam a fins de 1956, princípios de 1957, quando se travou em nossas fileiras intensa luta interna, a propósito de questões suscitadas em torno do XX Congresso do PCUS.

**A AJUDA** inestimável dada pelo XX Congresso do PCUS ao movimento comunista e operário internacional contribuiu de maneira decisiva para o combate a uma série de deformações e tendências nocivas em nossas fileiras. A grande maioria dos comunistas já se dava conta da necessidade de uma reviravolta na orientação política, condenava o abandono da orientação política de direção imposta e reclamava a reorganização da direção. Honestos esforços críticos e auto-críticos, pessoais e coletivos, foram feitos para superar erros e debilidades que constituíam uma tradição entre nós. Um pequeno número de dirigentes, entretanto, apegrava-se à orientação errônea do passado e resistia à modificação dos métodos já condenados. Essa minoria mostrava claramente não aceitar o combate ao sistema do culto à personalidade, que tantos prejuízos causou entre nós.

**ASSIM**, já em agosto de 1957, tornou-se impossível a permanência de tais dirigentes nas funções de maior responsabilidade que vinham exercendo desde muitos anos. Entre eles estavam João Amazonas e Maurício Grabois, que insistiam em não dar o menor passo no terreno auto-crítico e se mostravam, dessa maneira, incapazes de colocar-se à altura da nova situação.

**EM MARÇO** de 1958 foi aprovada a "Declaração política" na qual se assentavam os elementos básicos da nova linha dos comunistas brasileiros. A minoria de dirigentes que se mantinham em posições conservadoras, dogmáticas e sectárias e se recusavam a fazer auto-crítica — Amazonas, Grabois, Pomar, Caíll Chade e alguns outros — passou a opor-se desde então mais abertamente à nova orientação.

**A CONVENÇÃO** Nacional de setembro de 1960, por esmagadora maioria, ratificou e ampliou a linha traçada na "Declaração" de março de 1958. Foi uma Convenção realmente democrática. Os debates foram os mais francos e livres já realizados no movimento comunista brasileiro. O direito de divergir foi assegurado e as diferenças de opinião manifestaram-se abertamente. A reduzida minoria que se opunha à nova orientação defendeu, sem nenhum comprometimento, os pontos de vista. Foi, porém, amplamente derrotada na Convenção Nacional, que refletiu a opinião majoritária do movimento comunista brasileiro, contrária à orientação e aos métodos errôneos do passado.

**VENDO-SE** derrotada, essa minoria passou às atividades grupistas. Os seus componentes adotaram o recurso de utilizar as frentes de trabalho em que atuavam para combater as decisões da Convenção Nacional e sabotar o cumprimento das tarefas traçadas pela direção eleita. Faziam um trabalho permanente de desmoralização da direção, visando a debilitar a ação dos comunistas e a abalar sua confiança na luta. O caráter grupista das atividades desses elementos tornou-se tão claro que os trotsquistas passaram a combatê-los.

**O PROCESSO** de formação do grupo fracionista, pode, assim, ser acompanhado passo a passo através das posições que os seus componentes foram adotando a partir de 1957. Imbuídos da ideologia pequeno-burguesa individualista e recusando-se a fazer auto-crítica dos graves erros e falhas apontados durante os debates em torno das teses do XX Congresso do PCUS, agem com a mesma arrogância que os caracterizava quando detinham postos de mando e pretendem impor os pontos de vista de um grupo à maioria que não os aceita. Estabeleceram uma plataforma que não os aceita. Estabeleceram uma plataforma, uma disciplina e uma organização próprias e angariaram recursos financeiros para suas atividades fracionistas, usando, para isso, indebitamente, o nome dos comunistas. Em franca violação às normas que nos regem e usando métodos desleais, tentaram aliciar comunistas em vários pontos do país para enviar à direção uma carta preparada com fins divisionistas. Por fim, lançaram um documento público assinado, de caráter provocativo, atacando a direção do movimento comunista brasileiro e tentando confundir os militantes para debilitar a luta pela realização das tarefas que enfrentamos.

**COM ESTA** atividade perniciosa, violaram o centralismo democrático e tentaram desorganizar a unidade de nossas fileiras, procurando, embora inutilmente, estabelecer um centro de direção paralelo dentro do movimento comunista.

**O APARECIMENTO** do grupo fracionista Amazonas-Grabois-Pomar nada tem de casual. É que o movimento comunista brasileiro avança, após a nova orientação adotada pela Convenção Nacional de setembro de 1960, e o inimigo de classe intensifica sua pressão ideológica. O choque de concepções se dá no seio do movimento. (CONCLUI NA SEGUNDA PÁGINA)

# CUBA 3 Anos de Revolução: Socialismo na América



O povo cubano está festejando nestes dias o terceiro aniversário de sua gloriosa revolução de liberdade e democracia, de socialismo. Juntamente com os trabalhadores e camponeses, estudantes e intelectuais da heróica ilha, os povos irmãos da América Latina comemoram jubilosos e entusiasmados. Celebram-na porque sabem e sabem que o exemplo de Cuba é imortal, que a gesta do pequeno povo é um exemplo para todos os povos que lutam pela libertação do jugo do imperialismo yanque. NOVOS RUMOS, nesta edição que homenageia também a Revolução Cubana, apresenta nas suas páginas 4 e 7 reportagens sobre o acontecimento.

A foto é de Fidel quando falava aos educadores cubanos congratulando-se com todos pelo êxito do plano de alfabetização. Mais uma vitória da revolução.

## Getúlio e Osvaldo Aranha: Remessa de Lucros é Espoliação do Brasil

Na 8ª página desta edição NOVOS RUMOS publica dois documentos históricos que definem o magnitude do problema que se coloca diante do povo brasileiro: estancar a sangria representada pela remessa de lucros das empresas estrangeiras.



## Lacerda Prometeu Dar o Céu: Mas o Presídio Era um Inferno

Reportagem de IBERÊ MATTOS, na 6ª página

## O VI Congresso nacional dos ferroviários

Artigo de AGOSTINHO OLIVEIRA na 2ª página

## Portugal: fim de Salazar está próximo

Texto na 7ª página

## BRASILEIROS FESTEJAM REVOLUÇÃO CUBANA

NA NOITE do dia 2, na sede da União Nacional dos Estudantes, centenas de pessoas, trabalhadores e estudantes, intelectuais e artistas se reuniram para comemorar o terceiro aniversário da Revolução Cubana. O dep. José de Castro pronunciou conferência e o embaixador do país esteve presente e agradeceu (foto) à calorosa manifestação de solidariedade ao seu povo. Mais detalhes na 3a. página.



### Facto de Unidade e Ação: É feita Diretoria Provisória

A grande vitória alcançada pelos marítimos, portuários, ferroviários e estivadores em 1960, quando a força de sua unidade garantiu a conquista das vantagens do Plano de Classificação e da Lei da Paridade, formou o embrião do Pacto de Unidade e Ação, organização que agora cria corpo.

Em reunião realizada dia 18 de dezembro, os membros do Pacto resolveram aceitar o pedido de inclusão dos sindicatos dos aeromarcas e dos aeroviários, ampliando, assim, as categorias de trabalhadores em transportes que constituem a interdependência.

Na mesma reunião ficou resolvido que se constituiria uma comissão executiva composta de três elementos de cada categoria integrante do Pacto, e foi marcada nova reunião para o dia 29, quando seria debatido o projeto de regimento interno, cuja elaboração foi confiada a uma comissão.

**REUNIAO**

No dia 29 o Pacto de Ação reuniu-se na sede do Sindicato Nacional dos Aeronautas, já com a participação das duas novas categorias aderentes.

Foi distribuído o regimento interno do Pacto para que os sindicatos e federações opinem sobre o documento, que, depois de aprovado, servirá de base para o funcionamento da organização.

**DIREÇÃO PROVISÓRIA**

Na ocasião foram eleitos os representantes das cate-

gorias integrantes do Pacto que irão formar a direção provisória da organização. São eles Osvaldo Figueira, Raphael Mattinelli, Valtair Menezes, José Paulo da Silva e Antônio Pereira Neto.

Foi marcada, imediatamente, nova reunião para o dia 3 de janeiro, desta feita na sede da Federação Nacional dos Portuários.

**IAPFESP**

Uma das mais importantes decisões da reunião do dia 29 foi a de enviar um telegrama ao primeiro-ministro Tancredino Neves, protestando contra o projeto de se permitir que as empresas de navegação aerea paguem parceladamente suas dívidas decorrentes do não recolhimento das contribuições da Previdência Social.

Os aeroviários alegam que o decreto concedendo essa vantagem, cuja assinatura pelo primeiro-ministro se espera para breve, é ilegal, pois fere a Lei Orgânica da Previdência Social.

Foi ainda denunciado que para obter a subvenção do governo federal, as companhias de aviação comercial procuram com insistência o IAPFESP, tentando assinar acordo (enquanto o decreto não sai) para o pagamento parcelado da dívida, enquanto somente estão em dia com o IAPFESP e que conseguem a subvenção.

## Ação em Defesa da Revolução Cubana

João Massena Mello

O povo cubano conquistou sua independência política e econômica. Agora Cuba é uma Nação soberana. A maioria da Nação — operários, camponeses, intelectuais e a pequena burguesia urbana — esmagou a minoria exploradora que, ao lado e a serviço dos monopólios norte-americanos espoliava as riquezas nacionais de Cuba, explorava seu povo e transformava o país em permanente fornecedor de matérias-primas para os Estados Unidos.

Esmagada a minoria exploradora, quem decide hoje dos destinos da Nação cubana, em todas as questões, é seu povo unido sob a bandeira da consolidação de sua economia, da ampliação das conquistas sociais e políticas e das mais amplas relações de amizade com todos os povos do mundo, em condições de igualdade e respeito mútuo. Desta maneira, soberana e legitimamente, o povo cubano proclama que ninguém, sob quaisquer pretextos, tem o direito de se intrometer na questão da forma de governo que espontaneamente escolheu.

Assim pensa e age o povo cubano. Assim pensam e agem os trabalhadores, camponeses e os setores progressistas de todas as nações do mundo. A manifestação nesse sentido sucedem-se por toda parte: nas assembleias sindicais e congressos dos trabalhadores e dos camponeses, entre os jovens e os intelectuais, no seio, enfim, de toda a opinião pública. Mas assim não pensam nem agem os monopólios norte-americanos e alguns governos que absolutamente não se identificam com os sentimentos de seus povos. E, não conformados com a existência de um país verdadeiramente soberano em nosso Continente, preparam ferozmente sob os ordens dos monopólios norte-americanos a intervenção armada em Cuba, sob o pretexto do anticomunismo e de que Cuba constitui uma ameaça à segurança das nações latino-americanas.

A classe operária brasileira tem o maior interesse na defesa da soberania do povo cubano. A luta que empreendem o povo e a classe operária do nosso País tem a mesma identidade com a luta que empreendem o povo cubano desde 24 de fevereiro de 1957, quando José Martí, à frente de seus combatentes, iniciou a luta patriótica pela liquidação da dominação estrangeira.

Em 1953 o proletariado cubano apresentou um programa para solucionar a crise que então atravessava o país, programa que inclui muitos pontos comuns ao apresentado pelo proletariado brasileiro em sua atual

etapa de luta pela soberania nacional e pelo desenvolvimento econômico: independência, reforma agrária e reivindicações dos camponeses; elevação do nível de vida e direitos dos trabalhadores; defesa e ampliação das liberdades democráticas; melhoria do nível de educação e saúde do povo e política externa independente e pacífica. A nossa luta é a mesma que trava o povo cubano, o que quer dizer que defender Cuba significa dar uma contribuição concreta para o enfraquecimento do inimigo principal do povo e da nação brasileira — os monopólios norte-americanos.

Foi tendo em vista a significação para a classe operária de nosso país das conquistas obtidas pelo povo cubano que os trabalhadores do Estado da Guanabara, objetivando dar um impulso novo ao trabalho de solidariedade a Cuba decidiram realizar no dia 17 de outubro deste ano um ato específico dos trabalhadores na sede do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários, ocasião em que foi fundado o Departamento Trabalhista de Solidariedade ao Povo Cubano, em cuja Diretoria estão representados os seguintes setores profissionais: aeroviários, trabalhadores na indústria do petróleo, ferroviários, portuários, funcionários públicos, metalúrgicos, hoteleiros, sapateiros e marítimos. Depois de debater todos os aspectos das manobras do Departamento de Estado norte-americano na preparação da intervenção armada contra Cuba e manifestando-se a favor da posição do governo brasileiro, de defesa do direito de autodeterminação, os representantes sindicais presentes ao ato aprovaram, para ser submetido ao III Encontro Sindical Nacional dos Trabalhadores o seguinte documento dirigido ao presidente da República:

"Os dirigentes sindicais que este documento subscreverem, neste momento difícil para a preservação da paz mundial, dirigem-se a v. ex. a., ao Egrégio Conselho de Ministros e aos trabalhadores de todo o Brasil, ponderam e deliberam o que se segue:

Considerando que o direito de todos os povos de escolherem a forma de governo que bem lhes aprouver é um princípio consagrado Internacionalmente;

Considerando que a autodeterminação das nações é um princípio indispensável à coexistência pacífica entre os países de diferentes estruturas sociais;

Considerando que o colonialismo, quer político ou econômico, é uma forma de escravização repudiada por todos os homens amantes da paz e da liberdade;

Considerando que, no caso específico da América Latina, somente ao povo cubano compete decidir quanto as diretrizes de sua política interna e externa;

Considerando que a revolução cubana é o marco inicial para a política progressista e independente em todos os países da América Latina;

Considerando que a Revolução Cubana e fator preponderante para a conservação da paz no continente, e, concomitantemente, em todo mundo;

Considerando que os monopólios norte-americanos intensificam, neste momento, a preparação de nova invasão no território cubano;

Considerando que os imperialistas norte-americanos falsos ou incidentes diplomáticos visando a isolar a nação cubana do seio da família americana, através do rompimento das relações diplomáticas, culturais e econômicas;

Considerando que os monopólios norte-americanos estimulam a criação de um "governo" cubano no exílio e procuram obter seu reconhecimento pelas diversas Repúblicas da América Latina;

**RESOLVEM** os dirigentes sindicais:

1º — Apoiar intransigentemente, a política externa do governo brasileiro consistente na defesa do respeito à autodeterminação de todos os povos;

2º — Emendar a mais decidida solidariedade a posição do governo brasileiro contra qualquer espécie de intervenção na República de Cuba;

3º — Apelar ao governo brasileiro para que não participe da reunião da OEA convocada pelo Peru e declare, publicamente, sua posição em favor do povo cubano;

4º — Manter a classe trabalhadora mobilizada e vigilante contra qualquer tentativa de ataque contra o povo cubano;

Na certeza de que ao defender a soberania de Cuba e de seu glorioso povo estamos contribuindo decisivamente para o fortalecimento do espírito comum que empolga todos os patriotas brasileiros, na luta contra o subdesenvolvimento, a miséria e o analfabetismo aproveitamos a oportunidade para reafirmar, com prestígio de nossa elevada estima e distinta consideração, as nossas mais respeitosas saudações.

Este documento foi aprovado por unanimidade no III Encontro Sindical Nacional e recebeu a assinatura de mais de 500 representantes de sindicatos e federações de todo o país.

A segurança e a integridade das conquistas dos trabalhadores e do povo cubano estão hoje mais ameaçadas do que nunca. É indispensável que desenhou-

## O VI Congresso Dos Ferroviários

Agostinho Oliveira

Realizar-se-á nos dias 11 a 14 de janeiro de 1962, em Salvador, Bahia, o VI Congresso Nacional dos Ferroviários.

O objetivo desse Congresso, ao dar um balanço nas lutas desenvolvidas desde a realização do V Congresso, quando ainda se encontrava à frente da Federação Nacional dos Ferroviários o sr. Carvalho e Pinho, quando as lutas dos ferroviários em cada uma das ferrovias não constituíam problema da Federação e sim de cada Sindicato ou Associação Ferroviária e ainda não existia como preocupação fundamental da Federação a unidade dos ferroviários.

Com a eleição de Rafael Mattinelli para a Presidência da Federação esta tomou rumo diferente do que vinha seguindo até o V Congresso, passou a ser o órgão condutor das reivindicações dos ferroviários e de suas lutas, mesmo aquelas que não estavam ainda organizadas em sindicatos. Essa atitude da Federação, sob a direção de Mattinelli, fez crescer o desejo de todos os ferroviários de se organizarem em seus sindicatos.

O que confirma esse desejo, que, vai pouco a pouco, tornando-se realidade, é a realização do VI Congresso, com a participação de maior número de sindicatos ferroviários organizados e de várias organizações de ferroviários sob a direção da Federação.

O VI Congresso dos Ferroviários será um marco na trajetória histórica da classe operária em geral e dos ferroviários em particular, devido às conquistas econômicas, sociais e políticas obtidas nesse período histórico das lutas do povo brasileiro pela sua emancipação.

Os Congressos passados aprovaram várias resoluções, muitas delas de grande importância para a vida dos ferroviários. Algumas foram conquistadas, outras ainda continuam na ordem do dia e outras foram superadas. Muitas delas serão renovadas e ampliadas nesse conclave, a fim de serem travadas as batalhas para a sua completa obtenção, tais como o Estatuto dos Ferroviários, que tendo sido aprovado desde o IV Congresso, foi transformado, em projeto de lei na Câmara Federal e, por não ter sido aprovado em tempo, caducou em muitos de seus dispositivos, os quais foram emendados e ampliado no V Congresso. Não tendo sido ainda convertido em lei, será novamente reformulado, a fim

de se tornar o instrumento que os ferroviários desejam.

O Estatuto dos Ferroviários, a ser aprovado pelos ferroviários em seu Congresso, deverá ser transformado em Lei, para que se torne um elemento disciplinador dos direitos e dos deveres dos ferroviários, ampliando as conquistas até hoje por eles obtidas. De acordo com a Constituição, dará a todos os ferroviários direitos iguais, liquidando portanto, a colcha de retalhos que são as leis e regulamentos que disciplinam as funções dos ferroviários brasileiros.

O Congresso debaterá o direito de sindicalização para todos os ferroviários do país, mesmo os que são funcionários públicos, foram cedidos à Rede Ferroviária Federal S. A., subordinados, portanto, à mesma hierarquia funcional, regulamentos e circulares da Rede, não podendo por isso, os seus direitos adquiridos, como estipula a Lei 3.115, mas sendo aplicados de acordo com o que ficar estabelecido no Estatuto dos Ferroviários.

O VI Congresso Nacional dos Ferroviários homologará as decisões das Assembleias Gerais dos sindicatos e a resolução do Conselho da Federação condenando a extinção dos ramos ferroviários considerados defletores.

Ao VI Congresso deverá comparecer uma grande delegação de ferroviários aposentados que não defendem as suas reivindicações. Não dispoem dos mesmos meios, para fazer valer os seus direitos, que têm os ferroviários em atividade — que recorrente à greve e são atendidos — os ferroviários aposentados irão ao Congresso pedir o apoio dos seus companheiros ativos para a obtenção de suas conquistas, que estão no papel, tais como a aplicação das leis de abono, aposentadoria móvel e paridade. Os aposentados compreendem que a obtenção dessas conquistas depende do apoio dos ferroviários ativos, através da ação dos sindicatos, da Federação e do órgão máximo dos ferroviários — o seu Congresso. Por isso o comparecimento dos aposentados será de suma importância.

O VI Congresso Nacional dos Ferroviários debaterá as experiências das últimas lutas, quando foram conquistados o Plano de Classificação e a paridade, quando se formou o Pacto de Unidade composto de ferroviários, marítimos, portuários e estivadores, quando os componentes do Pacto defenderam a legalidade democrática e a Constituição com a posse do sr. João Goulart, na Presidência da República. O Congresso deverá homologar o Pacto da Unidade, a fim de prosseguir as lutas até a conquista do quadro, de acordo com o Plano de Classificação, assim como o quadro de todas as ferrovias da Rede, onde devem ser respeitados os direitos adquiridos dos velhos ferroviários, mas sem que os novos sejam prejudicados.

O VI Congresso debaterá o apoio que deverá ser dado pelos ferroviários à luta dos demais setores da classe operária, assim como a solidariedade efetiva à luta que travam os seus irmãos do campo pela reforma agrária.

Por fim, o Congresso analisará a participação dos ferroviários, como parte integrante da classe operária, no lado das forças progressistas e democráticas que defendem as liberdades democráticas e sindicais, a emancipação econômica do país e lutam contra os golpistas a serviço do imperialismo, como aconteceu em 25 de agosto.

Assim sendo, não temos dúvida que o Congresso aprovará uma carta de princípios dos ferroviários, em defesa não só das suas reivindicações econômicas, como também em defesa da Constituição e dos postulados nela contidos, que asseguram as liberdades democráticas e sindicais, assim como em defesa da plena soberania nacional ameaçada pela voragem do imperialismo.

### A Propósito das Atividades do Grupo Fracionista Em Defesa da Unidade do Movimento Comunista

(CONCLUSÃO DA PRIMEIRA PAGINA)

mento comunista como um reflexo da luta de classes, que se aguçou, sendo indispensável a luta ideológica para tornar vitoriosas as posições do proletariado. Podem surgir, então, como no caso atual, atividades de caráter fracionista, que ameaçam quebrar a unidade dos comunistas e debilitar a sua ação. Não é difícil compreender que o grupo fracionista Amazonas, Gracioso-Pomares serve aos interesses do antipartido e, portanto, ao inimigo de classe. No momento em que a reação desfecha raivosos ataques contra os comunistas e surgem ameaças terroristas contra o nosso movimento, o grupo fracionista faz causa comum com os piores inimigos da classe operária e do povo, atacando o mesmo alvo e fornecendo armas ao anticomunismo.

**PARA ENCOBRIR** seu papel desagregador, os fracionistas lançam mão de pretextos com os quais intentam inutilmente enganar os comunistas. Acusam a direção do movimento comunista brasileiro de violar as decisões da Convenção Nacional de setembro de 1960 e desviar-se do marxismo-leninismo. É curioso como os mesmos homens que se opõem com unhas e dentes à nova linha política e combatem as decisões da Convenção Nacional vêm agora apresentar-se como seus defensores e como guardiões do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário. Vale a pena recordar que o movimento comunista e operário internacional condenou o culto à personalidade e elaborou as novas teses do marxismo contemporâneo. Os fracionistas, no entanto, opõem-se de fato a essas teses e combatem a nova orientação dos comunistas brasileiros, traçada após o estudo das conclusões do XX Congresso do PCUS e de acordo com as condições específicas de nosso país.

**ALEGAM** os fracionistas que a direção do movimento comunista brasileiro abandonou os princípios do marxismo-leninismo, ao publicar os Estatutos e o Programa visando ao registro do Partido Comunista Brasileiro. A verdade, porém, é que o movimento comunista está levando a cabo uma decisão adotada pela Convenção Nacional com vistas ao registro legal do partido político dos comunistas. O que os fracionistas querem é antepor obstáculos à legalização do Partido Comunista Brasileiro, combatendo-a em nome de uma falsa defesa de princípios.

**A FIDELIDADE** do movimento comunista brasileiro aos princípios do marxismo-leninismo forjou-se historicamente e é comprovada pela linha política adotada na Convenção Nacional após amplo debate por toda a atividade prática dos comunistas nas lutas de massas, pelo conteúdo de sua propaganda política e ideológica, pela sua ação constante em prol da solidariedade internacional do proletariado e pelo empenho crescente em observar as normas leninistas do centralismo democrático. Nenhuma calúnia pode obscurecer estes fatos, que são evidentes para todos.

**A FALSIDADE** dos pretextos do grupo fracionista Amazonas, Gracioso-Pomares torna-se mais patente ainda porque o movimento comunista brasileiro está empenhado efetivamente em um processo crítico e autocrítico e prossegue a luta pela vigência dos princípios e normas do marxismo-leninismo, que eram sistematicamente violados entre nós. Dentro do espírito novo das decisões da Convenção Nacional, a direção do movimento comunista brasileiro jamais tomou quaisquer medidas orgânicas por motivo de divergências, diferenças de opinião ou pontos de vista emitidos pelos comunistas, quando contra os componentes do atual grupo fracionista, quando ainda atuavam no movimento comunista, nenhuma medida disciplinatória foi aplicada. Aqueles que haviam sido afastados da direção, foram atribuídos postos em diferentes frentes de trabalho. Pomar, Arrilo e Danielli foram mantidos na direção nacional.

**ESTES** fatos provam que existe e é plenamente assegurado em nossas fileiras o direito de divergir, de acordo com os princípios que nos regem. Temos consciência de que contribuímos para o avanço do movimento comunista brasileiro no sentido de extirpar a velha tradição de intolância, embora haja ainda bastante o que fazer nesse terreno.

**A EXPULSAO** dos elementos fracionistas deve-se, portanto, e exclusivamente, às suas atividades antipartidárias e divisionistas, à violação da disciplina e à luta contra a unidade do movimento comunista.

**OS COMUNISTAS** brasileiros têm na mais alta conta a unidade e a coesão de suas fileiras. A unidade é um dos princípios fundamentais em que se apoia o movimento comunista. Sem ela não poderemos assegurar o papel de impulsores e dirigentes da luta de nosso povo pela sua completa emancipação nacional e social.

**O RECONHECIMENTO** do princípio da unidade implica, logicamente, na condenação e no combate energico a todos e quaisquer grupos ou frações que surjam no seio do movimento comunista. A expulsão dos fracionistas, por conseguinte, depura o movimento comunista brasileiro e o fortalece. Chamamos todos os comunistas, amigos e simpatizantes, a reforçar a unidade de nossas fileiras e a repelir a ação desagregadora do grupo divisionista.

**A UNIDADE** do movimento comunista se expressa de modo concreto na concentração de esforços para o cumprimento das tarefas, na aplicação rigorosa das resoluções adotadas. A fim de reforçar a unidade de nossas fileiras é indispensável aplicar com firmeza os princípios do centralismo democrático, assegurar a orientação coletiva, desenvolver a democracia interna, impulsionar a crítica e a auto-crítica, assim como combater o envaidecimento e a auto-suficiência e incrementar a luta contra a ideologia individualista da pequena burguesia.

**TORNAR-SE** necessário também prosseguir no combate às manifestações de caráter dogmático e às posições sectárias que nos afastam das massas e desmascaram no terreno político e ideológico as tendências de direita que negam o papel dirigente do proletariado e conduzem ao reboquismo.

**O MOVIMENTO** comunista brasileiro é invencível, e o reduzido grupo fracionista não tem futuro. Os elementos desagregadores em nossas fileiras sempre fracassaram, porque entre nós prevaleceu sempre a defesa do princípio da unidade.

**ESTAMOS** convencidos de que o movimento comunista brasileiro saberá re-punir as atividades criminosas dos fracionistas, fortalecendo sua unidade e levando à prática as tarefas que tem pela frente, em marcha para a vitória da revolução anti-imperialista e antifeudal, que abrirá caminho ao socialismo em nossa Pátria.

### I Encontro Nacional de Oficiais Eletricistas

Salvador, capital da Bahia, será sede, de 13 a 15 de janeiro, do I Encontro Nacional dos Oficiais Eletricistas do Brasil.

A Comissão Organizadora do conclave solicita a todas as organizações sindicais da categoria que, em todos os Estados, prestigiem o Encontro e assegurem o envio de uma representativa delegação operária a Salvador.

Os organizadores apelam às autoridades que ajudem a realização do Encontro, colaborando no envio de delegações e prestigiando o certame.

### ULTAB SAÚDA CAMPONESES E SUAS ORGANIZAÇÕES

A União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) divulgou a seguinte mensagem de saudação aos camponeses e a todas as organizações de lavradores:

"Chegamos ao fim de 1961. Examinando as atividades do movimento camponês, neste ano, verificamos que os trabalhadores agrícolas, continuando sua árdua luta contra as violências e a exploração dos grileiros, latifundiários, fazendeiros e demais exploradores do campo, conseguiram novas vitórias e deram importantes passos no sentido do crescimento da sua organização e unidade.

A exemplo, relembramos as lutas dos posseiros do Paraná, do Estado do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, do Ceará e de outros Estados que, utilizando várias formas de luta, inclusive a mão armada, defenderam vitoriosamente suas terras. Os posseiros de Formoso, no Estado de Goiás, acabam de conquistar os títulos de posse da terra que defenderam a ferro e fogo. Em Pernambuco, os camponeses do município de Sapé, enfrentaram e derrotaram as balas assassinas dos grileiros. Em Maringa, no Estado do Paraná, os trabalhadores conseguiram, pela primeira vez, contrato coletivo de trabalho. Através de várias greves, lutaram os assalariados agrícolas do Estado de São Paulo, em um número de trabalhadores de outras partes do Brasil.

No terreno da organização os resultados foram extraordinários. Multiplicaram-se as novas organizações e cresceram, como nunca, o número dos seus associados. Filiais a ULTAB, estão 8 federações, 220 associações espalhadas e crede a longuíssima Inocentaria, no Amazonas, até o Rio Grande do Sul, e mais de 200.000 trabalhadores da roça.

Mas, 1961, foi, sobretudo, o ano em que os trabalhadores rurais, no magnífico I CONGRESSO NACIONAL DE LAVRADORES E TRABALHADORES AGRÍCOLAS, realizado em Belo Horizonte, num vigoroso pronunciamento, disseram aos nossos governantes que a reforma agrária que nos interessa é a reforma agrária radical, a reforma agrária radical.

São Paulo, dezembro de 1961 — Pela Diretoria: Lyndolph Silva, Manoel Ferrreira de Lima, José Borfior de Souza, Nestor Vera, Jerônimo Moura, José Faria da Silva e José Rodrigues dos Santos.

### ESTAMOS CONVENCIDOS DE QUE O MOVIMENTO COMUNISTA BRASILEIRO SABERÁ RE-PUNIR AS ATIVIDADES CRIMINOSAS DOS FRACIONISTAS, FORTALECENDO SUA UNIDADE E LEVANDO À PRÁTICA AS TAREFAS QUE TEM PELA FRENTE, EM MARCHA PARA A VITÓRIA DA REVOLUÇÃO ANTI-IMPERIALISTA E ANTFEUDAL, QUE ABRIARÁ CAMINHO AO SOCIALISMO EM NOSSA PÁTRIA.

Rio, 3 de Janeiro de 1962



# SÔBRE O XXII CONGRESSO DO PCUS

Os dirigentes comunistas brasileiros, após ouvir e discutir o Relatório da delegação fraternal que representou o movimento comunista brasileiro no XXII Congresso do Partido Comunista da União Soviética, aprovam a atividade da delegação e resolvem tornar pública a presente Resolução.

## I

O XXII Congresso do PCUS constituiu acontecimento de excepcional importância para o movimento operário e comunista do mundo inteiro, para toda a humanidade, ansiosa de paz e progresso. Saudamos suas decisões, de caráter histórico universal, que apoiamos em nome dos comunistas de todo o Brasil.

ção do comunismo na URSS, programa de todos os que lutam pela felicidade do ser humano, pela paz e a liberdade, expressão do mais elevado humanismo.

O novo Programa do PCUS é um dos mais importantes documentos políticos da época contemporânea. Pela primeira vez na história da humanidade, estão cientificamente elaborados o plano, as vias e os meios da construção do comunismo. O Programa nos dá as linhas mestras da sociedade comunista, cuja base técnico-material será edificada na URSS nos próximos vinte anos. A produção industrial da URSS, que é atualmente a segunda do mundo, será aumentada de aproximadamente duas vezes nos próximos dois anos e de, pelo menos, seis vé-

zes ao fim de vinte anos, ultrapassando de muito a produção industrial dos Estados Unidos da América. Cada família soviética disporá, gratuitamente, de: residência confortável, de ensino em todos os graus, de assistência médica e hospitalar de transporte urbano e demais serviços públicos e de interesse doméstico. Os cidadãos soviéticos conhecerão o nível de vida mais elevado do mundo juntamente com a jornada de trabalho mais curta. Ao fim dos próximos vinte anos, começará a prevalecer, sobre a distribuição socialista segundo o trabalho remunerado através do salário, a distribuição comunista segundo as necessidades de cada um, por conta das

fontes sociais de consumo. Os sucessos extraordinários da URSS nos terrenos da economia, da técnica, da cultura e da ciência atestam a eficácia e a superioridade do regime socialista e constituem garantia de que os objetivos fixados pelo Programa são efetivamente alcançados e ultrapassados.

É evidente que o capitalismo, tendo entrado em nova etapa de sua crise geral, não está em condições de resolver nenhum dos problemas que hoje se apresentam à humanidade. Se já não se dá maior o número de pessoas que compreenderão que só o socialismo pode dar solução a esses problemas.

## II

O XXII Congresso do PCUS deu poderosa contribuição à luta pela paz e à diminuição da tensão internacional. Definiu mais uma vez e claramente a política externa de paz realizada em comum pela União Soviética e demais países do campo socialista.

que concerne à defesa da paz, diz, com grande clareza: "O Partido Comunista da União Soviética fará tudo o que for necessário para manter e consolidar a paz e a amizade entre os povos em prol do triunfo dos altos ideais do progresso social e da felicidade dos povos". Ao mesmo tempo, é de ressaltar que o XXII Congresso saudou com entusiasmo as medidas tomadas pelo governo soviético para reforçar sua defesa nacional e, em consequência, a salvaguarda da paz.

Os países socialistas, ao aplicar a doutrina consequente esta política, levam em conta que a coexistência pacífica entre os Estados socialistas e capitalistas é uma necessidade do desenvolvimento da sociedade humana, constitui a base da emulação pacífica entre o socialismo e o capitalismo no âmbito internacional, e ao mesmo tempo significa uma forma específica de luta das classes entre elas.

O XXII Congresso reafirmou a tese do XX Congresso do PCUS sobre a possibilidade real de evitar a guerra mundial. Embora o imperialismo não tenha mudado de natureza e subsista numa parte do mundo, antes da vitória total do socialismo na Terra a guerra mundial pode ser excluída da vida da sociedade. Esta possibilidade resulta fundamentalmente da crescente superioridade das forças do socialismo sobre as do imperialismo e das forças da paz sobre as da guerra. A paz pode ser salvaguardada pelos esforços unidos do poderoso campo socialista, dos Estados pacíficos não socialistas, da classe operária internacional e de todos os demais povos que se opõem à guerra.

Tendo decorrido as fórmulas gerais sobre o imperialismo e mantendo-se obstinadamente de costas para a vida, os dogmáticos e outros elementos deturpadores de uma visão ampla e mais profunda dos acontecimentos não compreenderam as transformações verificadas na situação mundial, os novos fenômenos que se registram dia a dia. A nova situação existente no mundo mostra que a paz pode ser imposta pela luta dos povos apoiados simultaneamente na política firme e no poderio econômico e militar dos países socialistas.

## III

O XXII Congresso do PCUS adotou a necessidade de prosseguir-se na aplicação da política de coexistência pacífica, visando a encontrar solução para os mais candentes problemas políticos do momento e a conseguir a salvaguarda da paz mundial que continua ameaçada pelos planos guerreiros do imperialismo. Surgem daí importantes tarefas na esfera das relações internacionais, sobressaindo a luta pelo desarmamento geral e completo sob rigoroso controle internacional e a aplicação de uma política consequente e ativa, destinada a alcançar o melhoramento e o desenvolvimento das relações com todos os países capitalistas. Em consequência, a União Soviética, em seu esforço para conjurar a guerra mundial e criar condições que permitam excluir a guerra por completo da vida da sociedade, está sempre pronta a novos entendimentos com as grandes potências imperialistas, como acontece na atual oportunidade.

A Resolução adotada pelo XXII Congresso a respeito da atividade do Comitê Central do PCUS, no

Estado da ditadura do proletariado — afirmou o XXII Congresso — realizou sua missão na URSS e deu lugar a um Estado socialista de todo o povo, o que reflete a unidade moral e política da sociedade soviética, o desaparecimento das classes exploradoras e a vitória definitiva do socialismo.

No processo da edificação comunista, o aparelho do Estado será incessantemente reduzido e se desenvolverá mais e mais, em seu lugar, a autogestão social comunista.

O desenvolvimento da democracia socialista na URSS acentua-se, assim, cada vez mais, e revela seu crescente contraste com a ditadura do capital sob suas diferentes formas. Quando no mundo capitalista, inclusive em nosso país, aumentam as ameaças da reação e são com frequência cada vez mais violados os direitos democráticos e as conqui-

tas dos trabalhadores, o avanço da democracia na URSS constitui novo e importante elemento de estímulo à luta dos patriotas e democratas brasileiros em defesa das liberdades e conquistas populares.

## IV

O XXII Congresso do PCUS reafirmou as decisões do XX Congresso, que restabeleceram as normas leninistas na vida do Partido e os princípios de direção coletiva do Partido Comunista da União Soviética e no Estado soviético. Fiel à justa política fixada em 1956 pelo XX Congresso, foi ainda aprofundada a análise dos defeitos, dos erros, dos abusos de poder e dos atos de arbitrio resultantes da prática do culto à personalidade de Stalin.

O XXII Congresso julgou indispensável esta denúncia, realizada de forma implacável e com a precisão necessária, a fim de extirpar as consequências da culto à personalidade, que atribuiu a Stalin todos os êxitos do socialismo e o colarava acima do Partido e do povo. "Nosso Partido age assim", disse o camarada Khrushchov — para que semelhantes fenômenos jamais voltem a repetir-se.

O XXII Congresso levou adiante a análise anteriormente encetada a respeito das causas que permitiram o aparecimento do sistema do culto à personalidade na União Soviética. A todo o movimento comunista interessa levar até o fim essa análise, para o que não há de faltar, como evidência o XXII Congresso, a crescente contribuição dos camaradas soviéticos. É necessário reafirmar, entretanto, que duas conclusões básicas ficaram desde o início estabelecidas:

Primeira, que o culto à personalidade não deteve a construção do socialismo. As faltas e os crimes que decorreram do sistema do culto à personalidade causaram sérios prejuízos à causa do comunismo em todos os terrenos. O sistema do culto à personalidade foi, porém, denunciado e combatido graças ao crescente progresso do socialismo na URSS e ao avanço do movimento operário e comunista mundial.

Segunda, que o culto à personalidade não foi consequência nem da natureza do sistema socialista nem do papel dirigente exercido pelo Partido na construção do socialismo. Na verdade, o próprio Partido e a sociedade soviética souberam encontrar em seus próprios meios forças para extirpar um fenômeno que lhes era estranho e, em seguida ao XX Congresso, conseguiram, em todos os terrenos e a ritmos antes desconhecidos,

## V

O Partido Comunista da União Soviética tornou pública no XXII Congresso sua repulsa aos atos dos dirigentes do Partido do Trabalho da Albânia que violam as decisões tomadas pelo conjunto do movimento comunista internacional através das Declarações de 1957 e 1960, nas quais se aprovou, com a concordância inclusive daquele Partido, a orientação de princípio do XX Congresso do PCUS.

Como pela unidade do movimento comunista internacional e pelo respeito e cumprimento das decisões contidas nas Declarações de 1957 e 1960. Reprovamos, por isso, os atos dos dirigentes albaneses que ferem a unidade do movimento comunista internacional, tanto no que concerne à luta contra o culto à personalidade como quanto à possibilidade de conjurar a guerra em nossa época ou de se abrirem novos caminhos de passagem ao socialismo. São atos contrários à causa do socialismo e que dão armas ao imperialismo.

Fazemos igualmente nos-

êxitos notáveis, que permitiram a aprovação do Programa da edificação da sociedade comunista, a passagem à construção ampla do comunismo na URSS.

Os imensos progressos realizados em todos os domínios, no período decorrido a partir do XX Congresso, confirmam brilhantemente o acerto das medidas tomadas para eliminar o sistema do culto à personalidade e suas consequências. A denúncia feita no XX Congresso permitiu um novo desenvolvimento da iniciativa criadora dos massas na União Soviética e sua participação ativa em escala crescente na vida do país, e determinou um avanço considerável do movimento operário e comunista em todo o mundo. Estes fatos demonstram que o culto à personalidade e suas consequências estão efetivamente em contradição com as próprias princípios do marxismo-leninismo, segundo os quais são as massas que fazem a história.

Estudando as conclusões do XX Congresso do PCUS e a situação das condições de nosso país, nós, comunistas brasileiros, iniciamos ampla viragem crítica e autocrítica em nossas fileiras. A nova linha política que adotamos, ratificada e ampliada pela Convenção Nacional de setembro de 1960, e os êxitos já logrados no restabelecimento dos princípios e normas do marxismo-leninismo, que vinham sendo entre nós violados, levaram ao crescimento de nossas forças e de nossa influência e à ampliação considerável de nossas ligações com as grandes massas trabalhadoras. Os últimos êxitos de nosso povo, na luta em defesa da legalidade constitucional, na organização das grandes massas trabalhadoras do campo expressa pela realização do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, e na unidade do movimento sindical, são igualmente vitórias da nova linha dos comunistas brasileiros.

Expressando nossa satisfação pela reafirmação e desenvolvimento que tiveram no XXII Congresso as teses do XX Congresso, estamos convencidos da poderosa ajuda que daí advirá para a luta em que estamos empenhados pela completa emancipação de nosso povo, pela paz, a democracia, o progresso e o socialismo.

nista valor, como o monarca de seus filhos, pela unidade do Partido na base dos princípios do centralismo democrático e pela unidade do movimento comunista internacional, através da estrita observância das conclusões elaboradas em comum.

Ao velar pela unidade de nossos filiais, é indispensável prosseguir a luta decidida em duas frentes — contra o dogmatismo e o sectarismo, que separam os comunistas das massas, e que tantos males causaram ao movimento comunista em nosso país, e contra o revisionismo, que, tendo como pretexto os erros do passado, reflete na teoria e na prática a ideologia burguesa, paralisando a vontade revolucionária da classe operária, leva ao abandono dos princípios leninistas do Partido e chega à defesa do direito das "minorias" e da constituição de frações.

Chamamos todos os comunistas a estudar atentamente os documentos do XXII Congresso do PCUS, o programa do Partido, documento de excepcional riqueza teórica e política, cujo conhecimento é agora indispensável a todos que participam da luta ideológica em curso em nosso país. É dever também de cada militante lutar para fazer no sentido de realizar o mais amplo difusão dos referidos documentos entre as massas.

Nas decisões do XXII Congresso do PCUS, os comunistas brasileiros possuem novos elementos que lhes permitirão intensificar sua luta. Ao estudar os documentos do XXII Congresso do PCUS, cumprimos os seus ensinamentos, de acordo com a nossa própria experiência e com as condições específicas de nosso país. Em ligação com isto, é nosso dever lutar pela aplicação da Resolução Política de novembro último, o que nos permitirá avançar com audácia no caminho da emancipação nacional e da vitória do socialismo no Brasil.



UMA PEQUENA BIBLIOTECA DE CULTURA MARXISTA ATUALIZADA

A cultura é, sem dúvida, um dos produtos mais caros e difíceis em países como o nosso. Mais de metade das crianças em idade escolar não têm escolas e mais de metade das que frequentam o ensino médio são forçadas a combinar o trabalho e o estudo, sob a pressão do monopólio do ensino particular e da indiferença completa do Estado. E o quadro é quase o mesmo no domínio da imprensa e do livro, num momento em que o preço quadruplicado do dólar tornou mais caro e mais difícil mesmo o modesto quadro informativo de contanto que nos vem das revistas e dos diários.

Essa situação concreta pesa, em particular, sobre os trabalhadores — e, mais ainda, sobre os operários e intelectuais avançados. Mesmo para as Editoras que procuram prover à sede crescente de cultura marxista e de conhecimento dos avanços da ciência, e cumprimento desse programa, em bases economicamente acessíveis, torna-se dia a dia mais difícil. Agrava-se, assim — sob a influência das contradições fundamentais de nossa sociedade — a contradição entre a sede de cultura e o preço da cultura, entre as exigências crescentes da consciência popular desperta para a vida pública e a política de obscurantismo e medo ao povo das classes dominantes.

É nesse quadro que se destaca a contribuição rica, regular e economicamente acessível que nos vem de Problemas da Paz e do Socialismo. Cada número da revista é um pequeno guia de conhecimentos e interpretação científica dos problemas de nossa época. Não se limita, porém, a enumerar esses problemas. Traz-nos o debate vivo e o confronto de experiências, com sua correspondente riqueza de conteúdo, suas tonalidades racionais e a necessária variedade de interpretações. E traz-nos, também, ao lado das experiências da luta de classes, dos movimentos de emancipação nacional e das diferentes camadas de desenvolvimento, os problemas novos que se revelam no domínio da cultura — e, em particular, da ciência e da arte postas a serviço da vida, do trabalho e do progresso social.

Seu sumário abrange, assim, uma área ampla que vai dos problemas de história e economia, filosofia e religião, nos novos aspectos que lhes dá a prática social, à análise da realidade de nosso tempo e das novas perspectivas abertas ao pensamento científico e à cultura em geral.

É o que nos mostram bem os doze números de 1961.

Mes nos chamam ao debate de temas profundamente atuais: a questão agrária e o movimento de libertação nacional; a estrutura da classe operária, seus limites sociais e econômicos — e, em consequência, as relações do proletariado com as demais classes e camadas da sociedade burguesa; o papel das diferentes classes e da luta de classes no desenvolvimento econômico e social de cada país; as crises econômicas e seu ciclo de renovação; as experiências e caminhos de organização e orientação da Juventude.

Vários estudos aprofundam a análise da crise geral do capitalismo, em sua etapa atual — e, como num confronto as conquistas das nações socialistas e as particularidades da construção de sua agricultura coletivizada, sua indústria moderna e sua nova cultura. Paralelamente, inicia-se o amplo debate dos cientistas em torno do "futuro que espera a humanidade" e abordam-se outros temas de caráter científico e social, como a luta dos intelectuais da Ásia e da África, o programa da Igreja na África em movimento, a "ameaça" de superpopulação e as novas possibilidades da ONU, no mundo moderno. Entim, no domínio ideológico, eles nos ajudam a compreender melhor a essência da política externa dos países socialistas, as calúnias e deformações utilizadas pela propaganda burguesa, as tendências que se manifestam no seio do próprio movimento operário e comunista internacional. Eles nos apontam os crimes que se cometem na Grécia, na RAR, na Guatemala, no Irã, em Portugal e na Espanha, contra os combatentes de vanguarda — e chamam-nos à solidariedade ativa para com aqueles povos.

Como se vê, seria difícil exagerar o valor dessa contribuição permanente — não apenas a formação política e ideológica dos comunistas, mas à cultura geral de todos os que desejam viver e compreender de olhos abertos, a realidade e as transformações de nossa época.

### Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Química de São Paulo.

na oportunidade do início do Ano Novo, expressa a todos os seus associados e à classe em geral seus melhores votos de um feliz 1962, ao mesmo tempo em que deseja novos êxitos na luta dos trabalhadores por melhores condições de vida.

### Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo saúda, na oportunidade do início do ano de 1962, a todos os bancários paulistas, desejando-lhes um próspero Ano Novo, bem como êxitos na luta por melhores condições de vida.

### A Federação dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem do Estado de São Paulo,

no ensejo do início de 1962, expressa a todos os operários têxteis do Estado e às suas famílias, os melhores votos de um próspero Ano Novo, ao mesmo tempo em que deseja maiores êxitos na luta por melhores condições de vida.



# Truste e Povo: Dois Interesses Antagônicos

Agliberto Azevedo

Na grande batalha entre o truste da Força e Luz do Paraná e as grandes massas populares, cujos interesses coincidem plenamente com a necessidade de desenvolvimento da economia paranaense, não é possível neutralismo, quibude ou qualquer vacilante. Impõe-se a defesa dos interesses do povo contra as frequentes arremetidas da concessionária, respaldada como as feitas pelo seu diretor perante a Comissão Especial da Assembleia Legislativa, quando disse estar a Cia. a beira da falência em consequência dos sucessivos déficits. Mesmo balanços "frios" como o publicado, relativo a 1960, apresentam lucros de mais de uma centena de milhões!

A história da exploração dos recursos truste internacionais e foi muito conhecida. Fartas denúncias têm sido feitas dentro e fora do Parlamento, de suas atividades em nosso país. No caso da Bond Am Shure entre as denúncias feitas em vários Estados destacam-se as do Rio Grande do Sul.

## TRIÂNGULO MINEIRO LUTA CONTRA CARESTIA

Desenvolve-se no triângulo mineiro intensa luta contra a carestia, através da coleta de assinaturas em memorial para ser enviado ao presidente da República, João Goulart, onde se mostra a insistência da população com os generos alimentícios. A campanha está sendo muito bem recebida pela população, como prova a atividade da sra. Laurentina Misael da Silva, que em poucos horas colheu 83 assinaturas em Uberlândia.

O memorial assinado que a sra. e o filho, por exemplo, são entregues pelos produtores a 20 e a 25 cruzeiros e são vendidos aos consumidores por 35 e 77. A banha passou de 80 para 160 cruzeiros e a carne de 100 para 250. O documento pressiona o congelamento dos preços dos artigos de primeira necessidade.

onde a tombamento dos bens da concessionária revelou inúmeras artimanhas criminosas, lesivas aos interesses das grandes massas e a economia do Estado e violadoras das leis brasileiras. Como se evidenciou da atuação de números parlamentares da frente nacionalista, entre eles o sr. Gabriel Passos, os trustes espoliam de todas as formas as massas populares e a Nação. As empresas de energia elétrica não só arrancam tarifas altas e outros privilégios. Até emprestimos oficiais tem conseguido sob alegação de "dificuldade". E assim vão embolsando grandes dividendos e remetendo enormes somas para o exterior.

No caso da Força e Luz do Paraná a batalha vem de longe. Ultimamente, essa luta saiu dos bastidores para ganhar amplas camadas da população que tem sido mobilizada, permitindo forte oposição a recuos como no caso do aumento de tarifas de março passado. Por tudo isso não se compreende que o ministro Gabriel Passos, parlamentar que se notabilizou nos grandes embates contra as atividades dos trustes internacionais que atuam no Brasil, aceitasse a alegação da Força e Luz da necessidade de cobertura cambial, em face da Instrução 204 para a concessão de aumento das tarifas. Não só o ex-ministro João Arripino reconhecera perante a Comissão que foi a Brasília exigir medidas contra o assalto da empresa, que a Instrução 204 não incide sobre os capitais das companhias concessionárias de energia elétrica, como esse fato também deu lugar a veementes denúncias de parte de cristãos e parlamentares, o deputado Sergio Magalhães entre eles.

Acarece ainda que, tendo aumentado as tarifas a velocidade em 120 por cento, sob a alegação da necessidade de cobertura cambial, e sendo obrigada a recuar pela pressão das massas junto ao governo, de novo volta a formular exigências. Agora diretamente junto ao novo ministro. Mas o fêz de maneira bem mais modesta, em-

bora pactado das mesmas alegações. Passou a pleitear 75 por cento! E como o sr. Gabriel Passos subordinasse naquele momento o aumento das tarifas ao tombamento dos bens da empresa, esta acabou admitindo 66 por cento! Tudo isso quanto e sabido que de marco para cá o dólar subiu. E como subiu! Fica evidente, portanto, a má-fé da concessionária. Como se vê o que a empresa misturou e o tombamento contábil. Acontecerá isto por acaso? Não. É que esta certa e as gaseiras bandeiras que vão a público, como se verificou no Rio Grande do Sul.

Recebendo a Comissão que foi a Brasília, constituída por personalidades e setores os mais amplos, desde os representantes do governador, deputados estaduais, prefeito e vereadores da capital, líderes sindicais e estudantes socialistas e economistas o sr. Gabriel Passos novamente revelou-se disposto a enfrentar o problema do tombamento dos bens da Força e Luz, admitindo dar início ao mesmo no mês entrante aceitando também as sugestões que lhe foram feitas no sentido de aproveitar técnicas já experimentadas como as que realizaram o tombamento no Rio Grande do Sul. Tomou também medidas no sentido de forçar a Cia. a substituir as lâmpadas queimadas, mostrando-se disposto a reprimir a sabotagem da concessionária.

As novas medidas são inegavelmente positivas. Mas se impõe que o sr. Gabriel Passos não fique na promessa quanto a suspensão da cobrança de aumento concedido até que se apure, pelo tombamento contábil, se tem ou não razão de ser. Não pode a população de Curitiba e municípios servidos pela Força e Luz continuar vítima de tal espoliação.

Nessa batalha contra a Força e Luz tem os paranaenses uma frente da luta contra o espólio e o colapso. Vencer esta batalha das classes trabalhadoras e de todo o povo em nosso Estado será a melhor maneira de contribuirmos para a grande luta de emancipação nacional do povo brasileiro.



## O RESPONSÁVEL

Lacerda, o que se diz governador, é o maior responsável pela rebelião no Presídio. Favoreceu o protecionismo e a corrupção.

## A VERDADE SOBRE A REVOLTA DOS DETENTOS

# Lacerda Prometeu Dar o Céu Mas o Presídio Era o Inferno

Iberê de Mattos

Foi às 18:45 horas da véspera de Natal que os 1.200 detentos do Presídio da Guanabara deixaram o refeitório gritando: "Ladrão! Ladrão! Estamos com fome!"

O sr. Victor Merhy, administrador do Presídio Central, sabia por quem os prisioneiros gritavam. Por isso ficou paralisado no imenso corredor que conduz às galerias enquanto o refrão prosseguia: "Ladrão! Queremos comida! Ladrão!"

E, foi ainda sob o impacto da maldita explosão de ódio que o sr. Victor Merhy recebeu a primeira saracada de socos enquanto os guardas, atônitos, corriam de um lado para outro, impotentes para conter a massa carcerária. O segundo ato da tragédia do Presídio se desenrolou horas depois. Às 22:10 horas, com a chegada do governador à rua Frei Caneca. Também não foi muito diferente do ato anterior, quando o sr. Victor Merhy fugiu da massa ululante em meio a pontas-pés e bofetadas. O sr. Carlos Lacerda, provavelmente sob os efei-

tos da vinha natalina, arrou-se de coragem e foi parlamentar com os presos rebelados. Com aquele ar de falsa Sara Bernhardt o governador gritou: "Farei justiça!"

"Queremos comida!" — retrucou alegram da primeira fila de prisioneiros. Lacerda ainda tentou uma tirada oratória: "A violência responderá com uma violência maior". Melhor fora não dizer nada. Atiçados pela fome os detentos valaram o governador. Um mais ousado apunhou a mangueira dos bombeiros que lá estava para debelar o incêndio do pavilhão Seabra Fagundes e fez o espanha-brasa. Mandou aqui Lacerda, Ardevino, Segadas Viana correrem esbaforados para a sala de administração. E foi com o seu tropical inglês molhado pelo banho inesperado que o governador retirou-se para seu reitor em Brocens. A partir daí 1.200 homens gozaram da liberdade total. Por 18 horas foram donos do Presídio.

O III ato a cidade conheceu 5 mortos, 42 feridos, 130 milhões de cruzeiros em danos materiais. Dois pavilhões inutilizados. A destruição completa da lavanderia, tipografia, cozinha e refeitório do Presídio Central.

## NO GRANDE DO SUL: Entidades Estudantis Lançam Centro Popular de Cultura

Três entidades estudantis (FEURGS, DCE da PUE e UEE) estão estruturando o lançamento do Centro Popular de Cultura. Graças ao trabalho desenvolvido pelo acadêmico Marco Aurélio, vice-presidente da União Nacional de Estudantes, o CPC atuará em conjunto com o Centro congêner existente na UNE. Nelson Kantor, Francisco Ferraz, Baltazar Barbosa, Jorge Guimarães, Luiz Paulo Pila Vares e Rogério Coelho compõem a Comissão que estruturará definitivamente o CPC que conta com o apoio dos estudantes universitários, secundários e de entidades culturais da capital do Estado.

## PORQUÊ A TRAGÉDIA

Não se sabe como, em meio ao tumulto infernal do Presídio rebelado, um detento correu a redigir um manifesto ao povo. E o papel manuscrito caiu nas mãos dos jornalistas. Um simples escrito a lápis onde os prisioneiros contam o porquê da revolta: "Este acontecimento foi verificado pelo fato de há muito nos, prisioneiros, estarmos sofrendo, calados, diversas irregularidades neste estabelecimento penal. Como sejam: 1) somos tratados desumanamente, espancados sem ter a quem pedir socorro; 2) assistência não temos. Como prova, um nosso companheiro há alguns dias

atrás faleceu no cubículo por falta de medicamentos. 3) a alimentação é a pior possível. Já por diversas vezes foi servida estragada como no dia de hoje que é a data da Cristandade. 4) banho não temos. As 17 horas o registro e aberto para o banho, mas a fila é enorme e só os mais fortes conseguem tomar banho. 5) existe um pavilhão só para os privilegiados. Lá eles tem televisão, podem receber visitas diárias, falam ao telefone. Para os "bacanas" a alimentação é "recortada", podendo comer o que quiserem. O cubículo do detento Ronaldo de Castro tem até ar refrigerado. 6) muitos dos nossos companheiros já se encontram com a condenação acabada e não lhes é dada a liberdade que judicialmente gozam perante a lei".

Logo ao assumir o governo, Lacerda prometeu mundos e fundos aos prisioneiros. Chegou, inclusive, a fazer uma visita à Ilha Grande, quando declarou que reformaria todo o sistema penitenciário carioca. Aliás, a coisa seria extremamente fácil para o governador. Nenhum Estado conta com mais facilidades nesse setor que a Guanabara. Em função do § 2º do art. 2º da chamada Lei Santiago Dantas compete à União, desde a transferência da Capital para Brasília, o pagamento de todas as verbas de pessoal do presídio, penitenciária Lemos Brito, colônia da Ilha Grande e Conselho Penitenciário. Ao Estado cabe, tão somente, entrar com as verbas de manutenção (alimentação, material permanente, investimento, etc.) Assim é inestimável a ajuda federal à Guanabara. Segundo o Orçamento de 1960, as verbas para o pagamento do funcionalismo dos prisioneiros, Penitenciária, Conselho Penitenciário, e L. E. montavam a mais de 100 milhões de cruzeiros, enquanto as dotações para manutenção — de responsabilidade da Guanabara — não chegavam a 81 milhões de cruzeiros. A União cabe, inclusive, o pagamento das

majorações de vencimentos, taxas e adicionais do pessoal do sistema penitenciário, sem que o Tesouro da GB entre com um só centavo para tais despesas. Que Estado da Federação desfruta de semelhante posição? Que Estado tem o pessoal de seus presídios, de sua milícia e de sua justiça pago pela União?

Não obstante, o governador não faz o que lhe toca pela Lei Santiago Dantas. Isto é, não libera as verbas para a alimentação dos prisioneiros. Também não investe um só tostão na ampliação dos presídios; na reforma dos cubículos medievais do Presídio Central. O resultado é a fome, a comida racionada, quando não deteriorada. O resultado também é a superlotação dos presídios, a transformação das colônias penais em campos de concentração, onde os detentos vivem em condições subhumanas, muitos deles em estado selvagem, sob a chuva e o sol, como no manicômio, outros enfrentando condições infernais, como as celas "surdas" (onde nem penetra a luz natural nem a voz humana) do Presídio Central.

Como não faz o essencial (a liberação das verbas para a alimentação dos prisioneiros) é claro que o governador não pode falar em reforma do sistema penitenciário. Contudo, todos esses problemas não merecem a atenção do governador, que se sempre voltado para as viagens ao exterior. Embalde as Câmaras Reunidas do Tribunal de Justiça da Guanabara, o Juízo Privativo das Execuções Criminais e o Coordenador dos Serviços Penitenciários têm feito o apelo no sentido de que o Estado atente para o problema dos sentenciados que cumprem longas condenações em simples depósitos de presos e, por vezes, nos próprios xadrezes policiais em condições ilegais e humilhantes, desumanas e anti-higênicas. Inútilmente se cria uma contra a superlotação dos estabelecimentos penais, a promiscuidade entre detentos sãos e psicopatas, detentos primários e de alta periculosidade. Há mais de um ano se clama contra isso, ante a total indiferença do governo. Agora os resultados do descalabro começaram a se fazer sentir. O número de óbitos foi a revolta do Presídio de Frei Caneca.

## O QUE SÃO OS PRESÍDIOS

Há mais de um ano, Lacerda tem em mãos o relatório do Coordenador dos Serviços Penitenciários sobre a situação dos presídios carcerais. Trata-se de uma análise das condições dos presídios em que se demonstram:

- 1) o presídio agro-industrial de Banau, não é agro nem industrial, pois não existe cultura de campo e suas suas oficinas continuam paradas, porque há mais de quatro anos não conta com energia elétrica para movimentar a maquinaria.
- 2) a capacidade do sanatório penal é insuficiente. Suas novas instalações são para 94 doentes, assim muitos presos que necessitam de internação não tem para onde ir; existem tuberculosos vivendo em comple-

## MINAS: ASSOCIAÇÃO DE LAVRADORES ELEGU DIRETORIA

BELO HORIZONTE, dezembro (do Correspondente) — Foi eleita e empossada, nesta capital, a diretoria da Associação dos Trabalhadores Agrícolas de Minas Gerais, entidade que congrega lavradores e assalariados do campo do grande Estado central.

está assim constituída: presidente de honra, deputado Hernani Maia; Conselho de Representantes: Diógenes Apolinário, Ferreira Araújo, Benedito S. da Silva, Pedro Corrêa, José Evaristo Barros (Ponte Nova), José Inácio de Freitas, (Ponte Nova), José Paiva Junior (Independência), Anizete

Bragança (Crenaque), José Leão (Urucuça), Rândolfo Fernandes de Lima (Três Marias), Avelino Maximiliano da Silva (Capimópolis), José Rodrigues (Piumi), Alvenor Pereira da Silva (St. Vitória), Wilson Xavier Bonfim (Frutal); Comissão Executiva: Artur Nicolau Lopes, Olímpio Malaquias, Jerônimo de Moura Neto, Elísio Caetano dos Santos, Manuel Galvão Sampaio, Raimundo Nonato e Sebastião Elias; Conselho Fiscal: Luis Antônio Bozque, José Antunes Ferreira e João Manuel da Silva.

## IAPI DE NOVA IGUAÇU: IRREGULARIDADES

O presidente da Associação dos Aposentados, Pensionistas e Inativos dos Institutos de Previdência Social de Nova Iguaçu, sr. Manoel Urbano Pereira, escreve-ve nos para denunciar a precariedade dos serviços da agência local do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (I-API).

em atraso conforme preceituação da Lei de Previdência Social em vigência, e todas as vezes que os associados procuram a seção de informações não são atendidos devidamente; 2º) a agência funciona num prédio ruim Aniceto do Vale 196) sem condições, pois não tem nem instalações sanitárias para os associados; 3º) nos dias de pagamento, os pensionistas são obrigados a formar filas imensas na rua, inclusive com o perigo de atropelamentos.

## SERVIDORES DE ARACAJU CONQUISTAM AUMENTO

ARACAJU (do Correspondente) — Coroando toda uma série de lutas em torno das reivindicações por aumento de vencimentos, os servidores municipais desta cidade obtiveram uma significativa vitória com a recente aprovação, pela Câmara Municipal, do projeto do vereador Agonalto Pacheco.

justas reivindicações, poder lutar de forma consequente por melhores condições de vida.

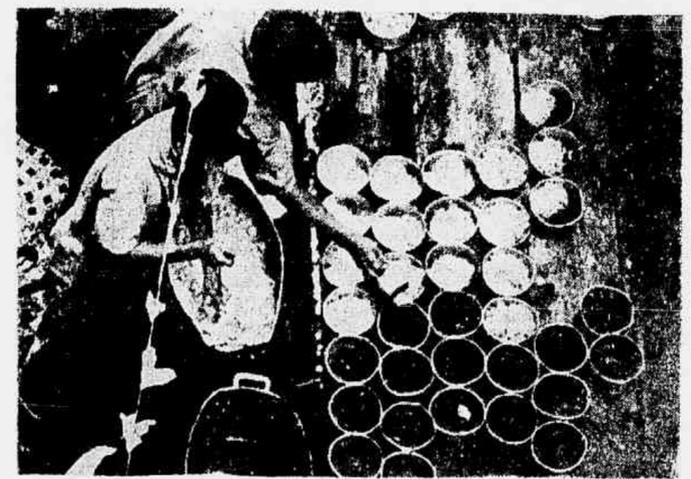
## QUER IR ESTUDAR EM CUBA?

O Conselho Superior das Universidades de Cuba vem de instituir mil bolsas para estudantes latino-americanos que desejarem cursar as escolas superiores do primeiro país socialista da América. As bolsas são para as Universidades de Havana, Las Villas e Oriente e correspondentes aos seguintes cursos: Engenharia, Agronomia, Medicina e Farmácia, Arquitetura, Humanidades, Economia e Direito. Os candidatos devem ter terminada o curso secundário em seus países de origem. As inscrições serão acompanhadas de autobiografia do candidato, certidão de conclusão do curso secundário, certidão de nascimento, atestado de saúde e duas fotos, firmadas pelo aspirante.

As solicitações deverão ser encaminhadas ao Conselho Superior das Universidades de Cuba, através da Embaixada Cubana (no Rio: rua Djalma Ulrich, 201, 12º andar, Copacabana).

Os bolsistas admitidos terão pagas suas passagens de ida e volta (início e término do curso) a Cuba, assistência médica, residência e alimentação durante o curso.

As inscrições estão abertas desde agora.



## O MOTIVO PRINCIPAL

A fome; ninguém podia comer a comida podre que serviam.

## NEM COM A AJUDA GOVERNA

De acordo com a Lei Santiago Dantas (Art. 2º, § 2º), os serviços federais transferidos à Guanabara, por ocasião da mudança da Capital para Brasília (presídios, penitenciárias, conselhos penitenciários, Tribunal de Justiça, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros etc.) são administrados pelo Estado e assim entendidos: a) despesas do pessoal civil e militar, inativos e pensionistas são da responsabilidade da União. b) despesas de material de consumo, permanente, serviço de terceiros, encargos diversos e investimento são pagas pelo Estado da Guanabara. Segundo o Orçamento de 1960, em termos financeiros, tal distribuição de encargos representou: Para a União (despesas de pessoal pagas pelo tesouro federal) — Cr\$ 3.935.303.220,00. Para o Estado da Guanabara (despesas de material pagas pela GB) — Cr\$ 813.411.592,00. Isto é, dos gastos totais dos serviços públicos transferidos — Cr\$ 4.748.714,812,00 — pouco mais de 800 milhões foram pago pelo Estado. Contudo nem com essa fabulosa "colheita de chá" Lacerda governa. De resto, é de se imaginar que Estado brasileiro dispõe de semelhante ajuda financeira para os seus serviços penitenciários, sua milícia e sua justiça? Mas é no Rio que se realiza, em suas mais espetaculares, muitas das presen-



Sim, é Preciso Deter a Sangria!

# As Remessas de Lucros do Capital Estrangeiro Empobrecem o Brasil e Espoliam o Nosso Povo

Do discurso do presidente Getúlio Vargas, a 31 de dezembro de 1951:  
«Brasileiros:

Na primeira prestação de contas do meu governo, compreimo fazer esta revelação. Por detrás dos bastidores da administração pública, legrou o governo descobrir aos poucos, e não sem dificuldade, uma trama criminosa, que há cinco anos se vinha tecendo contra a economia, a riqueza e a independência da Pátria. Fôra tão bem feita, tão bem planejada e tão bem executada, que passou despercebida aos olhos da opinião pública. Levou tempo, até que lhe descobrimos a pista, de tal modo está ela envolta numa retina burocrática aparentemente inecente. Ainda que pareça incrível, não foi apenas obra de particulares ou de capitalistas interessados em sugar o nosso patrimônio. Foi orientada à sombra da autoridade do próprio governo, através de um Regulamento e de várias aditivos a esse Regulamento, baixados pela direção da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil.

Com a melhor das intenções patrióticas, o Chefe de Executivo, que me antecedeu, promulgou a 27 de fevereiro de 1946 um decreto-lei que tomou o número 9.025 e que assegurou aos capitais estrangeiros aplicados no Brasil o direito de retê-lo ao seu país de origem, mas na proporção máxima de 20 por cento ao ano. Assagurou-lhes também o direito de remeter para o estrangeiro os juros, lucros e dividendos produzidos no Brasil, porém, no máximo até 8% ao ano. Essa lei está em vigor e, para cumpri-la, faz-se mister o registro prévio dos capitais estrangeiros na Carteira de Câmbio.

Em 1948, estavam registrados no Banco do Brasil, o título de capitais estrangeiros, 12 bilhões, 960 milhões de cruzeiros. Mas, neste total, apenas 6 bilhões, 730 milhões representavam moeda estrangeira realmente entrada no Brasil; os outros 6 bilhões, 230 milhões constituíam moeda nacional, acumulada no Brasil, por conta dos lucros que excediam a percentagem legalmente transitável e que foram indevidamente incorporados ao capital, por força do Regulamento.

Nos dois anos seguintes, a situação agravou-se consideravelmente. O total dos registros de capital estrangeiro montou a 15 bilhões e 490 milhões de cruzeiros em 1949 e a 25 bilhões e 130 milhões em 1950. Mas, neste último total, o dinheiro estrangeiro realmente trazido para o Brasil representava pouco mais de 9 bilhões e 417 milhões, enquanto se consideravam como capital estrangeiro mais de 15 bilhões e 718 milhões de cruzeiros em moeda nacional, provenientes de lucros legalmente transitáveis e indevidamente incorporados ao capital.

Na história econômica deste país, talvez mesmo na de qualquer país independente, não conheço exemplo de espoliação maior, feita na base de um Regulamento baixado por um instituto de crédito oficial contra dispositivo expresso em lei.

Tomando-se por base

## Presidente Getúlio Vargas

esse malabarismo de cifras, essa «multiplicação» de capital estrangeiro em detrimento do trabalho de milhões de brasileiros, foram remetidas para fora, em três anos, a título de rendimento e de remessas de retê-lo de juros e dividendos as seguintes quantias, em números redondos: 791 milhões de cruzeiros, em 1948; 883 milhões, em 1949; 1 bilhão e 28 milhões, em 1950, ou sejam, nos três anos mencionados, um total de mais de 2 bilhões e 700 milhões de cruzeiros. Se se tivesse cumprido a lei e respeitado os 8% permitidos, as remessas para o exterior teriam sido apenas, em números redondos, de 540 milhões, em 1948; 450 milhões, em 1949 e 750 milhões, em 1950, ou seja, ao todo cerca de 1 bilhão e 750 milhões de cruzeiros. Portanto, foram indevidamente remetidos para fora 950 milhões de cruzeiros a mais do que permitia a lei.

A rigor, esses 950 milhões excedentes deveriam ter sido considerados como retê-lo de capital e descontados do total desta última, que, em 1950, ficaria, assim, reduzido a pouco mais de 8 bilhões e 460 milhões.

Entretanto, o que vimos neste mesmo ano de 1950, foi o capital estrangeiro registrado num total de 25 bilhões e 130 milhões, ostentando, pois, um excedente de 16 bilhões e 670 milhões de cruzeiros sobre o seu legítimo e real valor. Isso representa um aumento escandaloso e ilegal de cerca de 200% no capital estrangeiro aplicado no Brasil.

E espantoso, brasileiros! Mas, é pura e simplesmente a linguagem das cifras. O excedente de mais de 16 e meio bilhões de cruzeiros significa, nada mais, nada menos, que é uma dívida contraída pelo Brasil no estrangeiro e que terá que ser paga, ou melhor, «restituída» dentro de um certo prazo. E vamos restituir o que, pagar o quê? Pagar o que não recebemos, e que é nosso, o que foi majorado por simples magia de cifras, a fim de supervalorizar o capital estrangeiro, em detrimento dos valores do trabalho brasileiro e da produção brasileira.

Essa vultosa cifra em cruzeiros equivale a mais de 830 milhões de dólares, em moeda internacional. E se a Nação souber que os técnicos já calcularam as ne-

cessidades financeiras do Brasil, para levar a cabo um importante problema de desenvolvimento econômico, em cerca de 500 milhões de dólares, compreenderá desde logo que o total do dinheiro criminosamente arrancado ao povo brasileiro e ilegalmente incorporado ao capital estrangeiro, foi, no triênio 1948-1950, muito superior à quantia de que necessitamos para a nossa própria recuperação econômica, excedendo-o em proporção maior de uma vez e meia o seu valor.

Sem dúvida precisamos incentivar o capital estrangeiro e assegurar-lhe o retê-lo dos juros, dividendos e do próprio capital, em percentagem razoável. Nunca, porém, nessa viagem de dilapidação do patrimônio nacional, que acarretou

para o país duas graves consequências.

A primeira foi a de permitirmos a transferência para o exterior de lucros resultantes da verdadeira aplicação de capitais nacionais num injustificável esbanjamento dos nossos poucos recursos cambiais. Isto significa que tivemos de reduzir as nossas possibilidades de importar — máquinas, matérias-primas essenciais e bens indispensáveis ao povo brasileiro, para remunerar os estrangeiros possuidores de capitais nacionais.

A segunda consequência dessa inépcia administrativa foi a de sobrecarregar as gerações presentes e futuras com dívidas e compromissos injusta e indevidamente assumidos pelo Brasil, o qual terá de pagar quantia muitíssimo superior

à que recebeu — quantia para cobertura da qual todos as nossas atuais reservas em ouro e divisas não seriam suficientes.»

Desde a denúncia feita pelo presidente Getúlio Vargas, a situação nesse particular, agravou-se mais e mais. Se naquele momento os capitais estrangeiros eram registrados e o país tinha uma certa noção dos investimentos alienígenas aqui, hoje nem isso sabe. Não há obrigatoriedade para o registro dos capitais estrangeiros. E com a criação do mercado livre de câmbio, aí então o país perdeu todo o controle sobre as remessas para o exterior: os poucos freios existentes desapareceram. De tal maneira, suicida não é a lei de remessa de lucros — como apregoam os Gudin, Glycon de Paiva e outros alienados do capital estrangeiro. Suicídio seria o Brasil se permitisse a continuação desta «estado de coisas».



## NOVOS RUMOS

### Ministro Osvaldo Aranha

Em discurso pronunciado no Senado Federal, a 1.º de setembro de 1953, o então ministro da Fazenda, sr. Osvaldo Aranha, em resposta a uma pergunta do senador Domingos Velasco, declarou:

«Devo declarar a existência que o capital estrangeiro, salvo pouquíssimas exceções, tem-se instalado e crescido de tal maneira no Brasil que se impede o desenvolvimento do capital nacional. É esse um dos problemas mais sérios que teremos de enfrentar. É o capital que pede garantias para entrar no país, garantias maiores para não permanecer e ainda maiores para sair. Portanto, não parece desejável por qualquer país e menos ainda o é o pelo Brasil. (Muito bem!).»

Reconheço que precisamos de capital. Entretanto, o numerário importado que impede a criação de capital nacional é mais prejudicial do que não termos dinheiro estrangeiro.

Se estudarmos, no Brasil, as aplicações, aparentemente vultosas, veremos que elas

se reduzem a pequenas inversões e que a prosperidade de tais empreendimentos não é senão fruto de reinversões de lucros verdadeiramente fantásticos.

Elaboramos a Lei do Câmbio Livre com o propósito de atrair capitais. Mas, em verdade, proporcionamos a possibilidade, que está sendo usada, de saída dos capitais represados no Brasil. A pressão que sofre o cruzeiro no momento é devida a essa lei. O fato constitui verdadeiro paradoxo, porque os interesses econômico-financeiros do País exigem se mantenha o dólar a preço alto em relação ao cruzeiro, a fim de que haja tempo para a transferência do capital acumulado e represado no Brasil.

Para concretizar a resposta que devo ao nobre senador Domingos Velasco, darei apenas um exemplo observado e bem estudado por nós, relativamente às inversões de companhias automobilísticas no Brasil.

Uma grande companhia americana ou inglesa, instalada no Brasil para monta-

gem de automóveis, recebe pela taxa oficial dólares para importar vinte mil automóveis. Ela se instalara com capital inicial não superior a duzentos mil dólares. Possui, hoje, poderosas e extensas organizações. Tendo importado vinte mil automóveis, receberam, provavelmente pela taxa oficial, quarenta milhões de dólares para trazê-los, à razão de dois mil dólares por unidade. Uma vez aqui chegados, montaram os veículos, aproveitaram alguns elementos brasileiros na montagem, pintaram-nos e venderam-nos aos nossos consumidores por preço que lhes permitiu usufruírem lucros anuais que somam pouco menos de quinhentos milhões de cruzeiros. Agora, fazem pressão no câmbio livre, para esse total ser repatriado ao país de origem. Dêsse gênero, há muitas inversões no Brasil.

Igualmente prejudiciais são as inversões feitas inicialmente com capital brasileiro, por empresas que para aqui vieram apenas com créditos concedidos pelos nossos bancos.»



## Dois Depoimentos

O fogo cerrado com que foi recebido pela grande imprensa e por todos os advogados do capital estrangeiro o projeto de remessa de lucros, torna oportuna a transcrição de dois depoimentos dos mais autorizados sobre o assunto: o do ex-chefe de Estado e o de um ex-ministro da Fazenda. Tendo travado um conhecimento íntimo com o gravíssimo problema, mesmo levando em conta sua posição tradicionalmente favorável aos investimentos estrangeiros, os srs. Getúlio Vargas e Os-

valdo Aranha não puderam deixar de reconhecer a seriedade da questão, alertando os brasileiros para a necessidade do controle sobre as inversões estrangeiras em nosso país e as remessas dos seus rendimentos para o exterior.

São, portanto, duas vezes autorizadas, a proclamar exatamente o oposto do que vem sendo trombetado aos quatro ventos pelos que vêm no capital estrangeiro a salvação do Brasil.